



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE**  
**MACEIÓ**  
**SETOR DE ATAS E DEBATES**

**Ata da Audiência Pública da 23ª Legislatura da Câmara Municipal de Maceió para discussão do projeto plurianual – PPA 2026/2029.**

Aos 20 (vinte) dias do mês de outubro do ano de 2025, às 10h00 (dez horas) sob a presidência do vereador Samyr Malta e propositura da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, reuniu – se a Câmara Municipal de Maceió, situada na Rua Sá e Albuquerque número 564, bairro Jaraguá em audiência pública híbrida para discussão do projeto plurianual – PPA 2026/2029, instrumento essencial do planejamento governamental que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração municipal para os próximos quatro anos. O senhor presidente convidou para compor a mesa de honra os senhores: **Olivia Tenório – vereadora e presidente da comissão de Constituição e Justiça nesta Casa. Marcos Sales - sub secretário de Orçamento Municipal. Jailton Nicácio – diretor de planejamento orçamentário. Luiz Carlos Omena da Silva Júnior – analista de planejamento da Câmara Municipal de Maceió. Alessandra Hora dos Santos – representando a sociedade civil e presidente da ONG Família de Anjos em Alagoas.** Registrou as presenças dos vereadores: **Leonardo Dias, Milton Ronalsa, Silvio Camelo Filho, Silvania Barbosa, Teca Nelma e Thiago Prado.** Facultada a palavra para os integrantes da mesa de honra fez uso o senhor **Luiz Carlos Omena da Silva Júnior** que apresentou o plano plurianual 2026/2029 que tem como base o artigo 165 da Constituição Federal de 1988, na lei complementar nº 101/2000 – lei de responsabilidade fiscal, na lei nº 4.320/1964 que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Consta também no artigo 74 parágrafo 1º da Lei Orgânica de Maceió. O PPA é um instrumento de planejamento estratégico de médio prazo da administração pública municipal. Define de forma regionalizada as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outra delas para os programas de duração contínua. **Transição dos ciclos orçamentários:** PPA 2026/2029 envio 30 de setembro; lei de diretrizes orçamentárias LDO – 2026 envio 15 de maio; lei orçamentária LOA – envio 15 de outubro. **Arquitetura do PPA** organiza – se em cinco eixos estratégicos, desdobrados em programas, ações, metas e indicadores vinculados: plano de Governo “Maceió que não para” 2026/2029; agenda 2023 e aos objetivos de desenvolvimento sustentável – ODS; especificidades territoriais das regiões administrativas (Ras), assegurando justiça territorial. **Prioridades:** fortalecimento do programa Renasce Salgadinho; implantação do sistema BRT; expansão do programa Brota na Grotá; revisão do plano diretor; consolidação da agenda de reparação dos bairros afetados pelo desastre da Braskem, como foco na habitação, proteção social e sustentabilidade. PPA 2026/2029 projeta uma receita total de R\$ 22.673.106.216; distribuída em R\$ 5.506.470.762 no exercício de 2026; R\$ 17.166.635.454 no período de 2027 a 2029. **Detalhamento da composição em 2026:** no primeiro exercício R\$ 5.506.470.762 2026; R\$ 2.644.294.453 oriundos





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE**  
**MACEIÓ**  
**SETOR DE ATAS E DEBATES**

do Tesouro Municipal; R\$ 2.862.176.309 provenientes de outras fontes: R\$ 597.760.047 referentes a operações de créditos. **Concentração dos recursos em áreas estratégicas de governo: educação** – R\$ 6,7 bilhões na melhoria da infraestrutura escolar e a valorização do magistério. **Saúde** – R\$ 6,3 bilhões na expansão da atenção básica média e alta complexidade. **Administração** – R\$ 5,8 bilhões modernização administrativa, gestão fiscal e manutenção da máquina pública. **Previdência Social** – R\$ 2,3 bilhões para o equilíbrio atuarial do regime próprio e assegurar o pagamento de benefícios previdência aos servidores. **Assistência Social** – R\$ 1,4 bilhões para os programas de proteção social, cidadania e fortalecimento do SUAS. **Participação popular**: articulação com todos os órgãos setoriais; audiências públicas regionais nas oito regiões administrativas; consultas digitais pelo portal “Participa Maceió”. **Emendas cidadãos**: primeiro exercício de execução; PPA 2026/2029 R\$ 23,7 milhões; PPA 2022/2025 R\$ 12,2 milhões. **Recorte setorial das emendas cidadãos – distribuição de EC por área de Governo**: educação 41,78%; infraestrutura 30,81%; cultura 16,88 % e assistência social 10,52%. Artigo 20 o plano plurianual do município de Maceió para o quadriênio 2026/2029 estabelece, como orçamentos temáticos prioritários e de caráter obrigatório, aqueles voltados a infância e adolescência, à pessoa idosa e à população em situação de rua, os quais deverão ser evidenciados nas leis orçamentárias anuais. Passada a palavra o senhor **Jailton Nicácio** complementou a apresentação do plano plurianual ressaltando a forma como o PPA foi elaborado onde aconteceram diversas reuniões com os secretários técnicos e a partir de junho iniciou as oitavas dos cidadãos através do site participa Maceió para que houvesse conhecimento e oportunidade de sugestão das ações para as regiões. Informou que onze das propostas foram acolhidas após análises técnicas dos órgãos demandados e pela capacidade financeira do município para acolher essas ações. Foi realizado uma busca pelos cidadãos em dois shoppings como forma de incentivar a participação da sociedade na elaboração do PPA. Registrou que nos períodos das audiências públicas houve a presença do vereador Cal Moreira representando esta Casa como prova do compromisso deste parlamento na construção do plano. Concluiu sua fala ressaltando que neste período o plano estava em fase de construção e a sociedade sendo consultada. Após **Alessandra Hora** achou que a sociedade civil organizada ficou prejudicada pela forma como essa audiência foi divulgada e chamou atenção dos vereadores presentes quanto o montante que foi destinado para a assistência social que acolhe a pobreza e sempre tem menos recurso. Em seguida, a **vereadora Olívia Tenório** concordou com a fala da senhora Alessandra Hora quanto a necessidade da participação da sociedade civil organizada nesta audiência para apresentar suas necessidades. Concordou também que a assistência social é a porta de entrada mais não tem como comparar os valores investidos na educação e na saúde pelo fato de que existe o percentual obrigatório para ser empregados nestas pastas. Independente não podemos desobedecer a essas metas que são constitucionais e iríamos cometer o crime de responsabilidade fiscal. Deixou registrado a preocupação do prefeito JHC quanto a forma que os cidadãos de Maceió estão sendo tratados e como alcançar todas as pessoas de





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE**  
**MACEIÓ**  
**SETOR DE ATAS E DEBATES**

maneira igualitária. Dentro do que nos cabe vamos dar prioridade a todos que precisam. Informou a forma como foi feita a divulgação desta audiência e colocou – se a disposição para que todos que não pode estar presente e queira fazer alguma alteração pode procurar esta Casa. Nesse momento foi passado a palavra para os representantes da sociedade civil organizada apresentar questionamentos e sugestões, senhores: **Gildo Santana e Erivaldo Paulino – representando a Associações de Pais no bairro Jacintinho**. A seguir, a **vereadora Teca Nelma** falou que o plano plurianual é um dos instrumentos mais importantes no planejamento da administração pública e ao analisar o PPA se preocupa com a distância entre o discurso e prática. Falou que quando olhamos para os programas, metas e ações tem problema de transparência por ver que as ações não são tratadas como prioridade. Entende a questão constitucional quanto o orçamento para educação e saúde mais a assistência social deve ter prioridade em Maceió haja vista ser um valor muito pequeno e concorda com a senhora Alessandra Hora, além disse encontra ações genéricas e deseja saber onde estão as metas claras. Sentiu falta das proposições que deram certo e que não deram no PPA antigo para que haja melhora. Trouxe essa preocupação porque temos a construção de um CRAS e um CREAS e muitas crianças ainda estão fora das creches. Com relação a educação comentou que realiza visitas nas escolas e tem visto várias carências. Quanto a fala do senhor Gildo Santana sobre a Braskem questionou o que vai ser feito com as famílias que precisam ser realocadas dos bairros dentre outras preocupações que trouxe relacionado ao trânsito, acessibilidade, habitação, capacitação dos jovens, meio ambiente, sustentabilidade, saneamento básico. Concluiu, sugerindo que a elaboração do plano seja feita de forma mais clara para a população que tem dificuldade para entender. Em seguida, o **vereador Leonardo Dias** lembrou a emenda que fez destinada as pessoas em situação de rua onde muitos tem sido atingido com esse problema e ficou triste com o valor destinado pela LOA para manter todos os centros pops e os serviços de acolhimento. Concordou com a senhora Alessandra Hora e lembrou uma lei aprovada nesta Casa de autoria do vereador Marcelo Palmeira que estipula cinco por cento do orçamento para a assistência social e até hoje não chegamos perto desse patamar. É necessário que o município compreenda a necessidade de aumentar as verbas e este vereador sentiu falta da criação de CAPS na apresentação do plano onde temos discutido bastante nesta Casa a questão da saúde mental. Disse que precisamos repensar essa situação e Maceió precisa de mais CAPS para dar tratamento a população. Finalizou lamentando pela baixa adesão nesta audiência devido a importância da mesma. Após, **vereador Thiago Prado** analisou alguns pontos na construção do PPA no que diz respeito a segurança pública onde no programa segurança cidadão e prevenção dos espaços públicos percebe que o previsto está muito aquém da real necessidade, em destaque o número de câmeras de vídeo monitoramento. Sugeriu a ampliação da previsão de vídeo monitoramento como também sentiu falta da previsão de concurso público para guarda municipal que não acontece há vinte anos. Além disso promover a integração com outras forças de segurança e na assistência social onde há previsão para criação de programa destaca que o Brasil cresceu a sua população em situação de rua em cento e





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE**  
**MACEIÓ**  
**SETOR DE ATAS E DEBATES**

quarenta e três por cento desde a pandemia. Isso faz com que o município tenha uma sobre carga para cuidar de um problema crônico de âmbito nacional e diante desse cenário visualiza a necessidade de ampliação da criação de CAPS bem como conectar à rede psíquico social a saúde pública para tratamento de acolhimento a dependentes químicos que tem crescido na nossa cidade. Falou que enquanto é negligenciado a situação do dependente químicos, estes migram para a marginalidade. A seguir a **vereadora Silvania Barbosa** trouxe preocupação com a situação da segurança pública devido ao aumento de moradores de rua, então, a ampliação na guarda municipal é essencial e não existe previsão de concursos públicos. Comentou que em conversa com os guardas municipais foi sugerido aos vereadores colocar emenda para equiparar melhor a guarda. Falou sobre a necessidade da criação de mais CAPS haja vista a quantidade de pessoas que estão adoecendo e é preocupante a fala da vereadora Teca Nelma com relação a assistência social que é a porta de entrada e faz um papel que deixa a desejar. O senhor presidente frisou que o prazo para as emendas é entre os dias vinte e um a vinte e sete de outubro. Passou a palavra para os integrantes da mesa de honra fazer as considerações finais, senhores **Marcos Sales** que colocou – se a disposição de todos para dirimir qualquer dúvida, senhor **Jailton Nicácio** que esclareceu a vereadora Teca Nelma sobre os dois anexos trazido nesta audiência, bem como o senhor **Luiz Carlos Omena da Silva Júnior**. O senhor presidente agradeceu a presença de todos em nome da Mesa Diretora e deu por encerrada a presente sessão. Do que, para constar, lavrei e digitei a presente ata que dato e assino. Maceió, 20 de outubro de 2025 – Maria Jairivane Sena da Silva - Redatora de Atas e Debates.